RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 14 de Novembro de 2026

Sérgio Ricardo diz que Operação Heritage deve impactar eleições, mas defende presunção de inocência

Operação Heritage

Márcio Eça do rufandobombonews

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Sérgio Ricardo, afirmou que a Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal, deve ter reflexos no processo eleitoral de 2026, mas evitou fazer julgamentos sobre os investigados e reforçou a necessidade de respeito à presunção de inocência.

Questionado sobre os possíveis impactos da investigação, que tem entre os alvos o ex-governador Mauro Mendes, o deputado federal Fábio Garcia, o ex-secretário-chefe da Casa Civil Mauro Carvalho e a primeira-dama Virgínia Mendes, o conselheiro destacou que não participa da disputa política e prefere não fazer análises eleitorais.

“Esse é um assunto delicado para eu tratar, porque eu não estou no processo político. Não gosto de ficar fazendo essas análises políticas”, afirmou.

Sérgio Ricardo ressaltou que confia na atuação das instituições responsáveis pelas investigações e no trabalho dos órgãos de controle. Segundo ele, o Brasil possui mecanismos capazes de garantir a apuração dos fatos.

“Hoje nós temos instituições fortes no Brasil. Temos o STF, a Polícia Federal e os órgãos de investigação. Eu não vejo como nada passar batido ou passar em branco”, declarou.

O presidente do TCE também reforçou que todos os investigados têm direito à ampla defesa e que ninguém pode ser considerado culpado antes da conclusão do processo.

“Todo mundo é inocente até a prova em contrário”, pontuou.

Apesar da cautela, Sérgio Ricardo reconheceu que a operação ocorre em um momento sensível e tende a influenciar o ambiente político.

“Ela acontece num momento eleitoral. Acredito que o processo eleitoral sofre com isso. Não tem como o processo eleitoral não sofrer com esses acontecimentos”, avaliou.

Por fim, o conselheiro afirmou que espera uma apuração completa do caso e que os responsáveis serão identificados caso haja comprovação de irregularidades.

“Se tiver culpado, o culpado vai ser apontado. Se não tiver, serão inocentados”, concluiu.